



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Cultura

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – FUNECE
COMISSÃO EXECUTIVA DO VESTIBULAR – CEV/UECE

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS
EFETIVOS NO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA CULTURA
DO ESTADO DO CEARÁ
Edital Nº 01/2018 – SECULT/SEPLAG, DE 29 DE JUNHO DE 2018

PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE
HISTORIADOR

CÓDIGO 17

Duração da Prova: 4 horas
Início: 9 horas – Término: 13 horas

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____ Nº DA SALA _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie nos locais apropriados, uma vez, com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

Solidariedade eleva o espírito.

ATENÇÃO!

Esta Prova Objetiva é composta de 60 questões, assim distribuídas:

- Língua Portuguesa (10 questões);
- Fundamentos de Administração Pública (10 questões);
- Políticas Culturais (10 questões);
- Conhecimentos Específicos (30 questões).

NÚMERO DO GABARITO

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 3, que é o número do gabarito deste caderno de prova. Essa informação também se encontra no rodapé de cada página.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 60 questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa da prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. A folha de respostas não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a. copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b. marcar, na folha de respostas, pintando completamente, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c. assinar a folha de respostas 2 (duas) vezes.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item **5 b**), indicando a letra da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da SECULT o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a. não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número;
 - b. não assinar a folha de respostas;
 - c. marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova;
 - d. fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, o **gabarito oficial preliminar** e o **enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 14 horas do dia 15 de outubro de 2018 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir das 17 horas do dia 22 de outubro de 2018.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso Público de Provas e Títulos da SECULT.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar, dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos, gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo e objetos de qualquer natureza (moedas, clips, grampos, cartões magnéticos, carteira de cédulas, lenços, papéis, anotações, panfletos, lanches, etc.) que estejam nos bolsos de suas vestimentas, pois estes deverão estar vazios durante a prova. Todos esses itens serão acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.
12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
13. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
14. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com o inciso VII do subitem **7.18** do Edital que rege o Certame.
15. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da SECULT, de acordo com o inciso IX do subitem **7.18** do Edital que rege o Certame.
16. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas.
17. Os recursos relativos à Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com as instruções disponibilizadas no endereço eletrônico www.uece.br/cev.

LÍNGUA PORTUGUESA

HÁ DOIS BRASIS

Marina Colasanti

01 Toda noite acompanho as declarações
02 nacionais nos vídeos enviados ao
03 programa/projeto *O Brasil Que Eu Quero*.
04 Mas, noite após noite, cresce em mim a
05 sensação de uma ausência.

06 Onde estão os outros? Aqueles que, ao lado
07 das pessoas de boas intenções, constroem o
08 Brasil que temos?

09 O cidadão da pequena cidade de um interior
10 perdido no meio desse país enorme, manda
11 seu vídeo tirado diante de uma obra
12 inacabada — mais uma — e diz que quer um
13 Brasil de obras terminadas e bom
14 aproveitamento do dinheiro público.

15 Mas vários se beneficiaram com aquela
16 obra, mesmo que tenham ficado com pouco
17 mais que as fundações. Houve quem levasse
18 propina para facilitar uma licitação, quem
19 vendesse material superfaturado, quem
20 lavasse o dinheiro sujo da transação, houve
21 quem ganhasse votos por propor aquela
22 obra.

23 Onde estão suas vozes surdas, que a gente
24 não ouve? Falam baixo mas falam, nos
25 escritórios onde as transações se fecham,
26 nos restaurantes onde dinheiros são
27 entregues, nos aeroportos onde encontros
28 são marcados.

29 E os que murmuram não querem obras
30 acabadas e lícitas, não querem o bom
31 aproveitamento do dinheiro público. Querem
32 manter o bom aproveitamento privado do
33 dinheiro público.

34 Um pescador no seu barco grava o vídeo
35 mostrando a água imunda ao redor e
36 suspende a rede cheia de detritos. Pede um
37 Brasil que respeite a natureza e que a
38 proteja.

39 Onde estão os que jogaram os detritos?
40 Onde estão aqueles que colaboram largando
41 um papel aqui, um entulho acolá, um sofá
42 imprestável na lagoa, sacos plásticos em
43 toda parte? Não gravaram nenhum vídeo
44 dizendo, “o Brasil que eu quero é esse
45 mesmo, de liberdade individual sem ligar
46 pro coletivo, um país onde eu posso jogar
47 papel no chão porque pago imposto pro gari
48 limpar”.

49 Na comunidade, a mãe com filho no colo
50 grava seu vídeo diante de uma vala a céu
51 aberto e diz que quer um país com
52 saneamento básico para todos e sobretudo
53 para as crianças.

54 Cadê aqueles tantos que ligam o esgoto da
55 sua casa na rede pluvial, porque sai mais
56 barato que fazer uma obra ligando esgoto a
57 esgoto? Ou os que jogam o esgoto da casa
58 de campo no riacho que passa pelos fundos?

59 Esses são espertos, não contam sua façanha
60 nem para o vizinho, não postam no Face
61 fotos de canos, mas desejam, desejam
62 muito que a vigilância não bata à sua porta
63 e que tudo continue como está nesse Brasil
64 que é nosso.

65 Não estava nos vídeos mas poderia estar, a
66 reportagem do Fantástico revelando como
67 se faz um gato chique para driblar o
68 contador de energia. Os funcionários
69 disseram estar no ramo faz tempo, atuam
70 em casas de classe média e classe média
71 alta, belas casas de condomínio. Para
72 compensar tanto miau, os demais — ou
73 seja, nós — pagamos 15% a mais nas
74 nossas contas de luz.

75 Seria apenas justo que os proprietários
76 dessas casas mandassem vídeos dizendo
77 que o Brasil que eles querem é esse mesmo,
78 preservando seu direito de ter o bichano de
79 estimação. E os funcionários que fazem a
80 instalação poderiam aparecer ao fundo,
81 talvez batendo palmas.

82 A maioria dos vídeos pede políticos honestos
83 e o fim da corrupção. Se todos os políticos e
84 todos os corruptos e todos os corruptores e
85 todos os doleiros mandassem vídeos
86 defendendo o Brasil do seu negócio,
87 teríamos uma enxurrada pior que a de
88 Mariana.

89 Olhando os vídeos inseridos cada noite no
90 Jornal Nacional mal se percebe, mas o que
91 estamos assistindo é a luta, talvez decisiva,
92 entre o Brasil que nós queremos e o Brasil
93 que eles querem, entre os que expressam
94 em voz alta seu querer, e aqueles que,
95 calados, realizam o seu.

Fonte:
<http://www.marinacolasanti.com/2018/06/ha-dois-brasis.html>. Acesso em 12/08/2018.

01. Considerando o universo de referência da crônica em estudo, é correto afirmar que

- A) faz parte do domínio literário, portanto trata de um mundo fictício, onde os objetos referidos adquirem contornos eminentemente simbólicos.
- B) prevê internautas como destinatários, o que leva a autora a usar uma formulação linguística menos elaborada e opções linguísticas menos prestigiadas.
- C) apresenta o assunto de forma genérica evidenciada por uma linguagem impessoal cujo enunciador parece ausentar-se e dar a voz a um outro – universal.
- D) aborda questões do mundo real, do cotidiano concreto das pessoas que estão inevitavelmente expostas às vicissitudes do dia a dia.

02. A cronista desenvolve sua argumentação contrapondo dois Brasis. Assinale a opção em que **NÃO** há distinção em relação aos agentes citados.

- A) “os que dizem que o Brasil que querem é o de liberdade individual sem ligar pro coletivo” é o mesmo “dos que falam baixo, mas falam”.
- B) “os que expressam em voz alta o seu querer” são os mesmos que “falam baixo nos escritórios”.
- C) “os que querem manter o bom aproveitamento privado do dinheiro público” são os mesmos que “querem um Brasil de obras terminadas”.
- D) “as pessoas bem-intencionadas” são “aquelas que, caladas, constroem o Brasil que temos”.

03. Assinale a opção em que a sequência linguística exemplificada e a identificação da tipologia textual está correta.

- A) “O cidadão da pequena cidade de um interior perdido no meio desse país enorme...” (linhas 09-10) = tipo narrativo
- B) “Cadê aqueles tantos que ligam o esgoto da sua casa na rede pluvial, porque sai mais barato que fazer uma obra ligando esgoto a esgoto?” (linhas 54-57) = tipo descritivo
- C) “Onde estão suas vozes surdas, que a gente não ouve?” (linhas 23-24) = tipo argumentativo
- D) “Toda noite acompanho as declarações nacionais nos vídeos enviados ao programa/projeto *O Brasil Que Eu Quero*.” (linhas 01-03) = tipo injuntivo

04. Assinale a opção cujo trecho apresenta um argumento que dispensa a modalização nos usos verbais.

- A) “Não estava nos vídeos mas poderia estar, a reportagem do Fantástico revelando como se faz um gato chique para driblar o contador de energia.” (linhas 65-68)
- B) “Esses são espertos, não contam sua façanha nem para o vizinho, não postam no Face fotos de canos, mas desejam, desejam muito que a vigilância não bata à sua porta e que tudo continue como está nesse Brasil que é nosso.” (linhas 59-64)
- C) “Seria apenas justo que os proprietários dessas casas mandassem vídeos dizendo que o Brasil que eles querem é esse mesmo, preservando seu direito de ter o bichano de estimação.” (linhas 75-79)
- D) “E os funcionários que fazem a instalação poderiam aparecer ao fundo, talvez batendo palmas.” (linhas 79-81)

05. Considerando somente o segmento destacado em “...os demais — ou seja, nós — pagamos **15% a mais nas nossas contas de luz**” (linhas 72-74), é correto afirmar quanto à concordância verbal que essa flexão

- A) apresenta nitidamente um caso de silepse de gênero.
- B) é um caso de silepse de número.
- C) revela uma concordância ideológica de número.
- D) indica que a autora quer indicar sua inclusão na ideia retratada pelo verbo.

06. Assinale a opção em que o pronome relativo sublinhado funciona sintaticamente como sujeito.

- A) “Pede um Brasil que respeite a natureza...” (linhas 36-37)
- B) “Onde estão suas vozes surdas, que a gente não ouve?” (linhas 23-24)
- C) “... dizendo que o Brasil que eles querem é esse mesmo...” (linhas 76-77)
- D) “Aqueles que, ao lado das pessoas de boas intenções, constroem o Brasil que temos?” (linhas 06-08)

07. Assinale a opção em que o nome apresenta formação do plural igual a de “cidadão” (linha 09).

- A) corrupção
- B) licitação
- C) transação
- D) chão

08. Atente para a relação expressa pela oração destacada nos seguintes exemplos:

- I. “Mas vários se beneficiaram com aquela obra, **mesmo que tenham ficado com pouco mais que as fundações.**” (linhas 15-17)
- II. “Houve quem levasse propina **para facilitar uma licitação.**” (linhas 17-18)
- III. “... houve quem ganhasse votos **por propor aquela obra.**” (linhas 20-22)
- IV. “... um país onde eu posso jogar papel no chão **porque pago imposto** pro gari limpar.” (linhas 46-48)

Considerando os exemplos acima, é correto afirmar que somente

- A) I e II expressam relação de finalidade.
- B) II e III expressam relação de modo.
- C) III e IV expressam relação de explicação.
- D) I e III expressam relação de concessão.

09. Assinale a opção cuja significação entre o par de palavras/sintagmas é divergente no texto.

- A) “gato chique” (linha 67) – “bichano de estimação” (linhas 78-79)
- B) “rede cheia de detritos” (linha 36) – “rede pluvial” (linha 55)
- C) “propina” (linha 18) – “dinheiro sujo” (linha 20)
- D) “transações” (linha 25) – “negócio” (linha 86)

10. Sabendo que o sufixo é um elemento formador de novas palavras, atente para o que se diz a seguir e assinale com **V** o que for verdadeiro e com **F** o que for falso.

- () –mento, de “aproveitamento” (linha 14), é um sufixo formador de substantivo.
- () –ção, de “licitação” (linha 18), é um sufixo formador de substantivo derivado de verbo.
- () –dor, de “pescador” (linha 34), é um sufixo de adjetivo que exprime o agente.
- () –vel, de “imprestável” (linha 42), é um sufixo formador de substantivo que exprime negação.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, V, V, F.
- B) V, F, F, V.
- C) F, F, V, V.
- D) V, V, F, F.

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. O conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil denomina-se

- A) atividade.
- B) programa.
- C) projeto.
- D) inspeção.

12. A seleção de proposta para execução de ação em regime de mútua cooperação deverá ser realizada por órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará por meio de

- A) concorrência pública.
- B) licitação pública.
- C) cadastramento de parceiros.
- D) chamamento público.

13. A principal finalidade das licitações públicas é garantir a observância do princípio constitucional da

- A) moralidade.
- B) legalidade.
- C) isonomia.
- D) transparência.

14. Corresponde a um ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário

- A) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.
- B) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- C) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- D) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

15. NÃO se aplica o Regime Jurídico do Funcionário Civil do Estado do Ceará aos

- A) Procuradores do Estado.
- B) Servidores do Poder Legislativo.
- C) Juízes de Direito do Estado.
- D) Secretários do Estado.

16. Analisando a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Ceará, pode-se afirmar corretamente que a Secretaria da Cultura é um(a)

- A) autarquia da administração pública indireta.
- B) órgão integrante da administração pública direta.
- C) instituição integrante da administração indireta.
- D) entidade da administração pública direta.

17. Como regra geral, a servidora pública que tenha cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo que ocupa poderá requerer sua aposentadoria quando satisfizer os seguintes requisitos constitucionais:

- A) 55 anos de idade e 30 de contribuição previdenciária.
- B) 60 anos de idade e 30 de serviço público e/ou privado.
- C) 60 anos de idade e 35 de contribuição previdenciária
- D) 55 anos de idade e 35 de serviço público e/ou privado.

18. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável

- A) será imediatamente aproveitado em outro cargo igual ou semelhante.
- B) ficará em disponibilidade remunerada por tempo indeterminado.
- C) poderá ser voluntária ou compulsoriamente aposentado, se for o caso.
- D) estará sujeito à exoneração ou demissão, conforme o caso.

19. A faculdade que tem o Estado de limitar e/ou condicionar o exercício dos direitos individuais, a liberdade e a propriedade, tendo como objetivo o interesse público, denomina-se poder

- A) de polícia.
- B) de regulamento.
- C) discricionário.
- D) disciplinar.

20. Atente para o seguinte dispositivo constitucional: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa" (art.36, § 6º, CF).

O referido dispositivo constitucional consagra a teoria da responsabilidade

- A) objetiva do Estado e do agente.
- B) subjetiva do Estado e objetiva do agente.
- C) objetiva do Estado e subjetiva do agente.
- D) subjetiva do Estado e do agente.

POLÍTICAS CULTURAIS

21. Atente às seguintes afirmações sobre o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC –, implementado pela Lei Rouanet (Lei nº 8.313/191):

- I. Uma de suas finalidades é promover a diversidade cultural regional.
- II. Tem como único mecanismo a lei de incentivo fiscal, mais conhecida como Lei Roaunet.
- III. Criou o Fundo de Investimento Cultural e Artístico – Ficart – que se tornou importante fonte de financiamento da cultura.
- IV. É constituído também pelo Fundo Nacional de Cultura, que tem como prioridade o investimento em projetos financeiramente rentáveis.

Está correto somente o que se afirma em

- A) IV.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I.

22. Quanto ao funcionamento do PRONAC, é correto afirmar que

- A) não atraiu o interesse do empresariado brasileiro que, por isso, não tem investido por meio do incentivo fiscal.
- B) os estados do Nordeste, por conta de sua forte cultura popular, foram os mais beneficiados com o Fundo Nacional de Cultura.
- C) os projetos apresentados não são objeto de restrições quanto ao mérito por parte do Ministério da Cultura.
- D) promoveu uma distribuição equitativa de recursos entre os estados da federação.

23. Em entrevista ao *site* Cultura e Mercado, a gestora cultural Maria Helena Cunha *afirma que*, "o primeiro passo para a construção de um plano estratégico [para a gestão cultural] é o reconhecimento do ambiente de atuação e aqui me refiro ao ambiente interno e externo das instituições. Este reconhecimento leva à elaboração de um diagnóstico que dará subsídio para o início dos trabalhos de planejamento, que ainda irá, em seguida, passar para a estruturação de um plano de ação, de sustentabilidade e que irão definir as ações estratégicas e os projetos executivos".

Fonte:

<http://www.culturaemercado.com.br/site/mercado/aplicando-o-planejamento-estrategico-a-gestao-cultural/>.

Acesso em 20.08.2018.

Pelo exposto, pode-se afirmar corretamente que a gestão cultural

- A) é uma área de formação generalista, ou seja, prescinde de uma especialização, e deve ser, prioritariamente, assumida por um artista.
- B) implica conhecer o campo em que o gestor atua de modo a planejar de forma estratégica suas ações.
- C) é imprescindível para os equipamentos culturais privados, sendo opcional no caso dos equipamentos públicos que não visam ao lucro.
- D) tem na elaboração do diagnóstico a etapa imediatamente anterior à definição dos projetos a serem executados.

24. Como situa o jurista Humberto Cunha Filho, "a Constituição brasileira é abundante no tratamento da cultura. Isso fica evidente no fato de que em todos os seus títulos há alguma ou até mesmo farta disciplina jurídica sobre o assunto. Poderia, por isso, ser chamada de 'Constituição cultural', mas também pelo fato de possuir seção específica para o tema, em cujo artigo inaugural – 215 – se lê que 'o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais'".

Fonte: CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos Culturais no Brasil*. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n. 11 (jan./abr. 2011).

Isso implica que

- A) é obrigação do Estado garantir o acesso à cultura por meio de políticas públicas.
- B) a cultura não é entendida como direito fundamental pela Constituição de 1988.
- C) a Constituição determina quais são as fontes da cultura nacional e as manifestações culturais que devem ser incentivadas.
- D) todos os instrumentos garantidores do pleno exercício dos direitos culturais já estão definidos na Constituição de 1988.

25. O economista brasileiro Celso Furtado foi um dos grandes defensores da dimensão cultural como parte fundante do desenvolvimento de uma nação. Seu pensamento, nesse aspecto, é

- A) colocado em prática com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – em 1959.
- B) uma aplicação, no contexto brasileiro, das recomendações vigentes no Banco Mundial desde a sua criação nos anos 1940.
- C) fundamental para a discussão contemporânea, ao destacar o papel da criatividade para a economia.
- D) resultado do seu estudo sistemático da relação entre cultura e desenvolvimento nos países desenvolvidos, em especial nos europeus.

26. Na avaliação do produtor cultural Rômulo Avelar, "a cultura brasileira vive a era dos editais, que, por um lado, torna mais democrático o acesso aos recursos, mas que, por outro, cria novos desafios para artistas, produtores e gestores. Cada vez que um empreendedor busca recursos públicos para a realização de um projeto, traz no 'pacote' pesadas obrigações, materializadas na forma de prestações de contas repletas de armadilhas".

Fonte: AVELAR, Romulo. *Elementos de gestão dos empreendimentos culturais*. In: Curso de formação de gestores públicos e agentes culturais. Disponível em <http://www.cultura.rj.gov.br/curso-gestores-agentes/textos/elementosgestcultural.pdf>.

Acesso em 01.09.2018

Diante dessa realidade, é correto afirmar que

- A) basta ser um grande criador para prescindir de lidar com as engrenagens da política pública de cultura, seja federal, estadual ou municipal.
- B) ainda há espaço para improvisos no que diz respeito ao planejamento, gestão e avaliação de projetos e programas culturais.
- C) a sustentabilidade de um programa cultural não virá da excelência no plano artístico, mas do estabelecimento de parcerias com bons profissionais de diversas áreas tais como administração, comunicação, direito etc.
- D) a saída é apostar no trabalho coletivo, envolvendo habilidades criativas e técnicas, além de capacidade de planejamento, gestão, produção, elaboração de projetos e comunicação e conhecimentos jurídicos.

27. A pesquisadora Isaura Botelho aponta para duas dimensões da cultura: a antropológica e a sociológica. Segundo a autora, “na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”. Por sua vez, “a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”.

Fonte: BOTELHO, Isaura. *Dimensões da Cultura e Políticas Públicas*. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2, pp.73-83.

A partir dessas definições, é correto afirmar que

- A) toda política cultural se baseia nas duas dimensões da cultura, a antropológica e a sociológica.
- B) cada uma das dimensões apresenta questões e desafios específicos à política cultural.
- C) a política cultural é elaborada da mesma forma, independente da dimensão de cultura escolhida, seja sociológica ou antropológica.
- D) estas dimensões são excludentes entre si, de modo que a política cultural tem que escolher uma das duas.

28. O Ministério da Cultura foi criado em 1985, durante o governo Sarney. Como situa a historiadora Lia Calabre, “logo de início o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta”.

Fonte: CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas*. In: BARBALHO, A.; RUBIM, A. (org) *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Ufba, 2007.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- A) o Ministério da Cultura possuía um quadro técnico qualificado, o que garantiu a implementação de suas políticas.
- B) por sua capacidade operativa e seu orçamento, o Ministério da Cultura foi bastante disputado pelos políticos.
- C) o Ministério da Cultura se configurou como uma pasta frágil, o que resultou no desinteresse por parte dos políticos em ocupar esse espaço institucional.
- D) a cultura ocupou um lugar central entre as políticas públicas do governo Sarney.

29. No sítio eletrônico do Ministério da Cultura, lê-se que “o Sistema Nacional de Cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre os três entes federados (União, estados e municípios) e a sociedade civil, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais”.

Fonte: <http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-cultura>. Acesso em 30.08.2018

Para alcançar seus objetivos, o Sistema Nacional de Cultura prevê que os municípios e estados que o aderirem devem ter, dentre outros, os componentes listados a seguir. Assinale com **O** os componentes que forem obrigatórios e com **F** os facultativos.

- () órgãos gestores da cultura;
- () conselhos de política cultural;
- () sistemas de informações e indicadores culturais;
- () planos de cultura;
- () programas de formação na área da cultura;
- () sistemas setoriais de cultura.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, O, F, F, O, F.
- B) F, F, O, O, F, O.
- C) O, F, O, F, O, O.
- D) O, O, F, O, F, F.

30. O Plano Estadual de Cultura do Ceará, segundo a Lei Nº 16.026, de 01 de junho de 2016, que o instituiu, é definido como uma “ferramenta de planejamento estratégico, de duração decenal, que define os rumos da política cultural, organiza, regula e norteia a execução da política estadual de cultura, estabelece estratégias e metas, define prazos e recursos necessários à sua implementação”. Assim, é correto afirmar que esse plano

- A) tem um limite temporal muito restrito ao ser apenas decenal.
- B) fortalece a política cultural estadual ao desvinculá-la de um governo específico, transformando-a em política de Estado.
- C) enquanto estiver vigente, determina de forma pormenorizada toda a atuação da política cultural estadual.
- D) carece de operacionalidade, funcionando mais como um indicador para a atuação dos governantes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Ronaldo Vainfas, tratando de uma historiografia brasileira “identificada como a ‘nova história’ que se passou a praticar no Brasil nas últimas décadas do século XX”, diz que essa nova história, “como expressão, aparecia muito mais no vocabulário de seus críticos do que era assumida pelos então jovens historiadores que passaram a estudar as mentalidades, as sexualidades, as religiosidades ou as circularidades culturais”.

VAINFAS, Ronaldo. *História cultural e historiografia brasileira*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

Configura-se como uma característica dessa historiografia brasileira das últimas décadas

- A) o apoio no paradigma marxista de história do tipo economicista, que suprime a compreensão da estrutura social.
- B) o retorno à narrativa e à estética da escola metódica, enfatizando os aspectos políticos que comandam a sociedade.
- C) a produção cada vez mais multitemática, voltada à cultura, à sociedade e ao cotidiano.
- D) a aproximação, cada vez maior, com o fato e com o personagem, em detrimento da análise do evento em qualquer nível.

32. O conceito do Ceará como parte de um outro Nordeste, como descrito por Djacir Menezes em sua obra “*O outro Nordeste: formação social do Nordeste*”, cujo título teria sido proposto por Gilberto Freire, refere-se a um aspecto de nossa história, que diz respeito

- A) à singularidade climática da ocorrência de chuvas regulares, mesmo quando outras regiões nordestinas viviam estiagens severíssimas, o que garantiu uma economia agroexportadora no interior cearense.
- B) ao fato de o processo de colonização do Ceará ter-se dado mais em função da pecuária no interior do que da lavoura agroexportadora de cana-de-açúcar, como a praticada no litoral da Zona da Mata.
- C) ao fato de a ligação econômica e social do Ceará ter sido maior em relação às províncias do Maranhão e Grão-Pará durante todo o período colonial.
- D) ao isolacionismo do Ceará em relação às demais regiões do Nordeste em função da especificidade da ocupação e colonização holandesa no litoral.

33. Com relação ao Patrimônio Cultural, a atual política que prevalece no Brasil, através das ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, é descrita em sua missão como: “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país”.

Nessa descrição da missão do IPHAN, o conceito de patrimônio cultural é

- A) extensivo ao patrimônio material, inscrito em um dos quatro Livros de Tombo, de diferentes categorias e ao patrimônio imaterial, catalogado em um dos quatro Livros de Registros específicos.
- B) restritivo ao conceito de patrimônio material como o único sob a tutela do Instituto e, portanto, do Estado.
- C) restritivo ao conceito de patrimônio imaterial como único sob a tutela do IPHAN, já que o patrimônio material é protegido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.
- D) extensivo aos dois tipos de patrimônio, contudo o IPHAN cuida apenas da tutela do patrimônio material, ficando o patrimônio imaterial sob os cuidados exclusivos das Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura.

34. Leia atentamente o seguinte excerto:

“Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem ser perfeitamente negociadas, [...]”.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

Considerando o excerto acima, é correto afirmar que

- A) a constituição da identidade, quer individual quer coletiva, independe das experiências registradas na memória, pois é um fenômeno externo ao homem ou ao grupo a que ele pertence.
- B) toda identidade está calcada somente em fatores externos ao indivíduo e estes são inflexíveis, pois assim garante-se a continuidade identitária.
- C) mais do que garantir o acesso privilegiado aos bens sociais, a definição da identidade social de um grupo busca atrair para si aqueles que não fazem parte dele.
- D) memória e identidade não devem ser consideradas como fundamento de uma pessoa ou de um grupo, uma vez que elas são produtos de constantes negociações com a alteridade.

35. Atente para os seguintes objetivos extraídos do rol de objetivos do Plano Estadual de Cultura do Estado do Ceará:

- V. reconhecer e valorizar o patrimônio cultural do Estado, englobando os bens materiais, imateriais e os naturais;
 - VI. garantir o direito à memória e ao conhecimento do passado, com vistas ao exercício da cidadania; [...]
 - XII. garantir a inclusão de manifestações culturais do Estado nos espaços de educação formal e informal, em consonância com as diretrizes do Plano Estadual de Educação e a Liberdade de Expressão.
- CEARÁ. Plano Estadual de Cultura. Secult-ce, p.9-10.

Para o processo de implementação dos objetivos do Plano Estadual de Cultura do Estado do Ceará, citados acima, é imprescindível

- A) o uso da Educação Patrimonial como ferramenta pedagógica multidisciplinar que possibilite a consecução desses objetivos.
- B) o ensino de História do Brasil, como única forma de dar um referencial da cultura local para os estudantes da Educação Básica.
- C) a atuação dos órgãos de cultura da Secult como fonte exclusiva de implementação dos objetivos do Plano Estadual de Cultura.
- D) a supressão do ensino da História Local, em função de uma impossibilidade pedagógica de trabalhar cultura e patrimônio na educação básica.

36. Sobre os processos de formação de público, intermediação e acesso de acervos culturais e históricos, é correto afirmar que

- A) cabe à instituição responsável pelo acervo cultural e histórico mostrar-se aos visitantes como guardião do patrimônio para gerações futuras e não construtora de sentidos e identidades a partir do seu acervo.
- B) cabe ao serviço educativo ou setor pedagógico das instituições culturais o devido acolhimento e o planejamento de ações a ser realizadas com os visitantes, garantindo a formação de público fidelizado.
- C) a falta de divulgação não pode ser tomada como uma barreira entre o público e o museu.
- D) o processo pode ser prejudicado apenas por barreiras de ordem material, como falta de acesso adequado a portadores de necessidades ou dificuldade de transporte.

37. No que diz respeito ao Projeto Casas do Patrimônio, o documento *Educação patrimonial: Histórico, conceitos e processos*, publicado pelo IPHAN em 2014, diz que

“Partindo da ideia de que o patrimônio é um eixo de desenvolvimento local sustentável, capaz de gerar renda e oportunidades econômicas para a população, a proposta pretende, de um lado, dialogar com as atividades e rotinas administrativas da instituição e, de outro, promover ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil. Para tanto, as Casas do Patrimônio devem atuar de maneira articulada com outros setores governamentais, especialmente nas áreas de educação, cultura, cidades, justiça, turismo e meio ambiente”.

Em relação ao Projeto Casas do Patrimônio, é correto afirmar que

- A) são espaços educativos atrelados às redes públicas estaduais e municipais de educação e que promovem ações formativas exclusivas aos seus alunos no contraturno de suas atividades escolares.
- B) notabiliza-se pela inserção do tema patrimônio cultural na educação superior, sobretudo em programas de extensão e pós-graduação.
- C) faz parte das políticas públicas de memória, cultura e patrimônio desenvolvidas pelo poder público, com o intuito de promover o protagonismo local na valorização do patrimônio cultural.
- D) representa uma tentativa de padronizar e centralizar nacionalmente as ações de política pública em educação patrimonial, com o objetivo de homogeneizar as atividades formativas.

38. Em *Reconstrução do Passado*, Jörn Rüsen aponta métodos específicos para se trabalhar com as três formas de experiência temporal: a do tempo humano, a do tempo natural e a do tempo histórico.

Sobre a perspectiva rüseniana da relação entre tempos diferentes e seus métodos, é correto afirmar que

- A) enquanto à experiência do tempo humano deve-se aplicar o método analítico, à do tempo histórico deve-se aplicar o método hermenêutico.
- B) o método hermenêutico deve ser aplicado à experiência do tempo natural e o método dialético ao tempo humano.
- C) enquanto se aplica o método dialético à experiência do tempo natural, deve-se aplicar o método hermenêutico ao tempo histórico.
- D) se aplica o método analítico para a experiência do tempo natural e para o tempo histórico deve ser aplicado o método dialético.

39. Atente para o seguinte excerto: “O *Acarajé*, citado pela primeira vez no século XVIII, era vendido nas ruas em tabuleiros que as escravas equilibravam sobre a cabeça enquanto cantavam para atrair fregueses. Massa de feijão-fradinho frita no azeite-de-dendê, o acarajé é servido à orixá Oyá-Iansã, deusa dos ventos e tempestades. Em 2004, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como patrimônio imaterial”.

POMBO, Nívia. Cardápio Brasil. In: Revista Nossa História, ano 3, nº 29. Rio de Janeiro: Editora Vera Cruz, 2006.

Considerando o excerto acima, é correto afirmar que

- A) o processo de tombamento de um bem pode-se dar em relação a um bem físico, móvel ou imóvel, ou a um processo ou modo de produção.
- B) o prato foi tombado como patrimônio imaterial brasileiro, o que é um erro, pois trata-se de um objeto material, em forma de comida.
- C) sendo um prato oriundo da cultura africana, o acarajé traz consigo outros significados rituais próprios da religiosidade afro-brasileira.
- D) o processo de inclusão de um bem imaterial em um dos quatro livros de registro do IPHAN só pode ocorrer com bens oriundos da cultura nacional, o que não é o caso do acarajé.

40. O Plano Nacional de Cultura – PNC –, Lei nº 12.343/2010, referindo-se ao papel do Estado como indutor da atividade cultural, previsto no texto constitucional nos artigos 215, 216 e 216-A, explicita que “As instituições governamentais cabe formular diretrizes, planejar, implementar, acompanhar, avaliar e monitorar ações e programas culturais, em permanente diálogo com a sociedade”.

Ministério da Cultura/Câmara dos Deputados. Plano Nacional de Cultura Diretrizes Gerais. 2. ed. revista e ampliada. Brasília, Ministério da Cultura / Câmara dos Deputados, 2008, p.13.

A partir do que expõe o PNC, é correto dizer que

- A) a organização do Sistema Nacional de Cultura deve se dar em regime de colaboração descentralizada e participativa entre os entes federativos e a sociedade.
- B) a implantação de planos estaduais e municipais de cultura se dá na perspectiva facultativa de atender ao mandamento legal constitucional.
- C) cabe exclusivamente aos gestores públicos de cultura, produzir diagnósticos, estatísticas e metodologias de avaliação das mudanças na cultura do país.
- D) o estabelecimento de agenda de programas, projetos e ações de trabalho e articulação dos órgãos de gestão cultural com as redes de ensino é atribuição dos órgãos de educação municipais, estaduais e federais.

41. Atente para o seguinte trecho de um artigo do Diário do Nordeste publicado em 29 de maio de 2017: “No último dia 17 de abril, com o objetivo de proteger o patrimônio histórico-cultural de Senador Pompeu, cidade distante 273 quilômetros de Fortaleza, o Ministério Público do Estado do Ceará (MP/CE) firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura do município para promover o tombamento de diversos pontos históricos da região. Na lista de locais citados no acordo estão o sítio arquitetônico da ‘barragem do Patu’, a ‘Vila dos Ingleses’, o ‘cemitério’ e o ‘campo de concentração do Patu’, além do registro do bem imaterial da ‘Caminhada das Almas”.

NÓBREGA, Jacqueline. *Campos de concentração no Ceará*. Diário do Nordeste Plus, on-line, publicado em 29/05/2017.

Sobre o trecho acima, é correto afirmar que

- A) nenhum bem está sujeito a tombamento caso seu proprietário rejeite esta situação, pois o interesse coletivo deve se submeter ao interesse individual.
- B) a ação do MP/CE é indesejada, já que cabe apenas aos órgãos responsáveis pela curatela do patrimônio e da cultura, na União, nos estados e nos municípios, promover o tombamento e o registro de bens.
- C) demonstra a necessidade de uma ação conjunta dos diversos órgãos da esfera pública e da sociedade civil organizada, para a proteção e manutenção do patrimônio cultural, histórico e artístico no Brasil.
- D) apesar de bem-intencionada, a ação é equivocada, pois no Brasil, somente a União, através do IPHAN, pode promover o tombamento e/ou o registro dos bens com valor histórico e/ou artístico.

42. No que concerne à Gestão Cultural, é correto afirmar que

- A) faz parte do Sistema Nacional de Cultura como o órgão de controle das políticas públicas em torno da produção, execução e propagação das atividades culturais pelos entes públicos.
- B) se refere estritamente à atividade de gerência dos equipamentos culturais pelos órgãos do Estado, em seus diferentes níveis de representatividade, e por eles deve ser exercido.
- C) é o processo de gerenciamento dos espaços privados em que se implementam atividades culturais tais como museus, teatros, centros de eventos e casas de show.
- D) constitui o conjunto de procedimentos de mediação, administrativos e operacionais, dos processos de produção de bens culturais materiais e imateriais e dos agentes culturais.

43. “O novo prisma metodológico oferecido pela elaboração da ‘História como problema’ pelos *Annales* refletia a preocupação também com a problematização da vida, rejeitando as ‘verdades’ dos documentos ou a naturalização dos fatos oferecidos pelas fontes. [...] As questões e hipóteses exerceriam assim uma função norteadora no método de trabalho do pesquisador, na medida em que ele passasse a estabelecer um diálogo com as fontes, onde estas ganhariam dinamismo em sua interlocução com as questões construídas pelo tempo, pela sociedade e pelas perspectivas do historiador.”

CALDAS, Marcos J.A. MARTINS, Mônica de S.N. Os *Annales* e sua contribuição para a teoria e metodologia da História em educação do campo. Revista *Dialectos*, ano 1 n.1, 2012.

Com base no trecho acima, pode-se afirmar corretamente que a perspectiva de pesquisa histórica estabelecida pelos *Annales*

- A) parte de um problema até chegar à perspectiva factual, influência da escola historicista, basilar para os *Annales*.
- B) propõe que a relação com as variadas espécies de fontes históricas se dê por meio de indagações e provocações feitas pelo historiador.
- C) apresenta uma multiplicidade de novas categorias possíveis de fontes históricas, contudo ainda ligadas profundamente à temática política.
- D) apesar de originar-se a partir de um problema gerador, a pesquisa não pode tê-lo como eixo, sob pena de restringir a percepção da estrutura.

44. Fazendo ponderações sobre as contribuições de Michel Foucault e Roger Chartier para a História Cultural, José D’Assunção Barros, afirma que “Comunicar’ é produzir Cultura, e, de saída, isto já implica na duplicidade reconhecida entre Cultura Oral e Cultura Escrita – sem falar que o ser humano também se comunica através dos gestos, do corpo, e da sua maneira de estar no mundo social, isto é, do seu ‘modo de vida’”.

BARROS, José D. *A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

Com base no enunciado acima, pode-se concluir acertadamente que

- A) a história cultural atribui diversas limitações para as fontes que usa, uma vez que exige delas um caráter artístico.
- B) para a história cultural, apenas as manifestações concretas de existência podem ser tomadas como fonte.
- C) a história cultural inclui como fonte, através das quais se percebe o mundo, as variadas formas de manifestações culturais e artísticas.
- D) a presença da cultura oral como fonte exige, por si só, a negação do uso da fonte escrita, pois ambas são inconciliáveis.

45. Atente para o seguinte excerto: “O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. IPHAN/MinC. Brasília, 1999.

Em relação à importância do patrimônio cultural e histórico para a formação da cidadania, pode-se afirmar corretamente que

- A) possibilita o reconhecimento das características extrínsecas da sociedade, às quais o indivíduo deve-se adequar para tornar-se cidadão.
- B) dá ao indivíduo o poder de decidir sobre os valores que ele quer seguir para fazer parte da sociedade e ter os direitos da cidadania.
- C) se restringe à preservação do patrimônio público, como bem que pertence a todos e está sob tutela do Estado.
- D) alcança o sentido mais amplo de pertencimento do cidadão ao grupo social, o que fortalece sua identidade e empodera suas ações.

46. Em *Ideologia e Ciências sociais*, o cientista social Michael Löwy, (1985: 69-70), afirma que esta corrente apresenta três hipóteses fundamentais: 1) Qualquer “fenômeno humano” só pode ser compreendido “dentro da história, através da história, em relação ao processo histórico”; 2) Há uma “diferença fundamental entre os fatos históricos [...] e os fatos naturais”, sendo, por consequência, qualitativamente diferentes os conhecimentos postos por estas duas realidades; 3) Não somente “o objeto da pesquisa é histórico” mas também o “sujeito da pesquisa, o investigador, o pesquisador, está, ele próprio, imerso no curso da história”.

A corrente do pensamento histórico a que Michael Löwy se refere é

- A) terceira fase da Escola dos *Annales*, que tem a micro-história e história do cotidiano como principais temas de pesquisa.
- B) o Materialismo Dialético e sua profunda conexão ao fato histórico, que, desde a obra de Ranke, influencia a história ocidental.
- C) o Historicismo predominante no pensamento europeu desde a segunda metade do século XVIII até o início do século XX.
- D) a Escola Metódica ou Positivista, que teve seu apogeu nos escritos dos historiadores ingleses Edward P. Thompson e Eric J. Hobsbawm.

47. Fazendo referência ao processo de mapeamento colaborativo, muito comum nos dias atuais, através de instrumentos de compartilhamento de informações como o *wikimapia*, Anahi Rocha afirma que “Especialmente no caso da cultura, o mapeamento colaborativo compreende um sistema capaz de mapear e organizar dados culturais que podem abranger as três dimensões da cultura (simbólica, cidadã e econômica). Além de levar ao conhecimento do poder público local demandas e reivindicações referentes a bens e serviços culturais locais, serve também como catálogo, instrumento de inventário e como acervo de memória”.

SILVA, Anahi Rocha. *Mapas Culturais: novas dinâmicas dos lugares de memória*. Anais eletrônicos do VIII Seminário Nacional do Centro de Memória – Unicamp “Memória e acervos documentais. O arquivo como espaço produtor de conhecimento. Campinas- SP, 26 a 28 de julho de 2016.

No que concerne ao excerto acima, é correto afirmar que

- A) os mapas culturais são instrumentos meramente conceituais, pois não há aplicação prática dos mesmos em nenhum nível de gestão cultural no estado do Ceará.
- B) a utilização de ferramentas de informação e novas metodologias deve ser adotada pelas diversas instituições culturais e espaços de memória como forma de torná-las mais próximas das demandas sociais.
- C) o planejamento das ações dos espaços de memória e variadas instituições culturais não pode se ater a questões e reivindicações sociais, nem circunstanciais, mas sim ao interesse do Estado e do mercado.
- D) as modernas discussões sobre o paradigma custodial vigente nos espaços de memória e instituições culturais, bem como o planejamento de suas atividades deve-se ater apenas ao interesse institucional.

48. Atente para o seguinte enunciado: “A criação do IHGB — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro —, em 1838, tinha como papel ‘construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos’, para essa missão, estabeleceu em 1844 um concurso que definiria como escrever a história do Brasil. Von Martius, naturalista alemão, foi o vencedor do concurso e propôs um modelo evolucionista, no qual as três raças teriam papéis específicos na fundação do país: ao branco cabia a ‘missão civilizadora’, ao indígena, a redenção ao ‘galgar a civilização’ e ao negro sobriaria uma posição desonrosa, pois sua presença aqui fora um ‘impedimento do progresso e da civilização’”.

SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O enunciado acima trata de um aspecto relevante da historiografia, pois

- A) indica um viés de historiografia nacional que privilegiava o estudo e a compreensão da importância da contribuição de índios e negros para a formação da cultura nacional.
- B) aponta a meritocracia no estabelecimento de um modelo de história nacional, edificada apenas no valor do conhecimento, sem interferência de interesses políticos, econômicos ou sociais.
- C) mostra como o modelo de explicação do país, através de uma história nacional, foi capaz de incluir equitativamente os três grupos étnicos formadores do povo brasileiro.
- D) demonstra como a construção de um discurso historiográfico sobre o Brasil se deu a partir de uma ação de interesse do poder, que elegeu um modelo de explicação que lhe parecesse melhor.

49. “O objetivo da Lei Nº 13.351 foi instituir, no Ceará, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado. Para tanto, o texto da lei diz ser necessário que o interessado a concorrer ao título de Mestre da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará/Tesouro vivo seja brasileiro e residente no estado do Ceará há mais de 20 anos, que na data do seu pedido de inscrição possa comprovar sua participação em atividades culturais há mais de 20 anos, e ainda seja capaz de transmitir seus conhecimentos e/ou suas técnicas a alunos ou aprendizes.”

CUNHA, José A. “*Tesouros Vivos e Mestres da Cultura*”: uma política pública de preservação da cultura tradicional popular no Ceará. III Seminário Políticas para Diversidade Cultural. on-line. Salvador, 26-28 maio 2014.

Sobre o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular e a transmissão de seus conhecimentos, suas técnicas e suas práticas, implementado pela SECULT-CE, pode-se afirmar corretamente que

- A) tem na oralidade uma importante ferramenta para a transmissão das manifestações da cultura popular para alunos ou aprendizes.
- B) a transmissão dos saberes que os Mestres da Cultura Tradicional Popular são portadores só pode se dar por meio da educação formal e letrada.
- C) privilegia o registro das formas de cultura popular tradicional, por entender que é impossível evitar o desaparecimento dessas práticas.
- D) tem por finalidade promover o ensino dessas práticas tradicionais para que as mesmas voltem a ser cotidianamente utilizadas pela população.

50. A Lei estadual Nº 13.427, de 30 de dezembro de 2003, em seu Art.2º, institui que o registro dos bens culturais de natureza imaterial e de indivíduos que constituem o patrimônio cultural cearense será efetuado em 06 (seis) livros distintos, dentre os quais se encontram: o Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, cênicas e lúdicas; e o Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentrem e se reproduzam práticas culturais coletivas.

CEARÁ. Lei nº 13.427, de 30 de dez. de 2003, Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, as Formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem Patrimônio Cultural do Ceará. Fortaleza, CE, dez. 2003.

Tomando por base a definição legal acima apresentada, é correto afirmar que

- A) a literatura de cordel, a dança do coco, a Festa do pau da bandeira e os ex-votos de Juazeiro e Canindé só poderiam ser registrados no livro das formas de expressão.
- B) enquanto a Basílica de Canindé, por exemplo, deveria ser registrada no livro dos lugares, pelas práticas culturais lá realizadas, a Basílica de Juazeiro do Norte seria tombada somente por seu valor arquitetônico.
- C) a Praça do Ferreira, em Fortaleza, o Beco do Cotovelo, em Sobral, e a Capela de N. Sra. do Socorro, em Juazeiro do Norte, exemplificam espaços que devem ir para o registro no livro dos lugares, pelas práticas culturais que lá ocorrem.
- D) a arte das rendeiras, as técnicas de navegação dos jangadeiros e a rabeça do mestre Totonho são exemplos de manifestações culturais passíveis de serem registradas no livro das celebrações.

51. A necessidade de a diversidade sociocultural que marca os povos ser considerada é uma tendência atual da historiografia que deve levar o historiador

- A) produzir história partindo da percepção do modelo cultural predominante, apesar da diversidade sociocultural.
- B) a buscar perceber os novos agentes sociais, as questões étnicas e de gênero na sua pesquisa.
- C) a enfatizar as questões políticas, pois são estas que definem os ritmos e direções da sociedade.
- D) a fazer história a partir da percepção de que não há correlação entre os fenômenos sociais e a cultura de um povo.

52. Considerando a Política Cultural do Estado do Ceará nas últimas décadas, atente para os seguintes itens:

- I. criação do Sistema Estadual de Cultura, através da Lei Nº 13.811/2006, sancionada na gestão do governador Lúcio Alcântara, que estabelece a diversidade e o pluralismo cultural como princípios;
- II. instituição do Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará, através da Lei Nº 13.351/2003, que garante auxílio financeiro mensal de um salário mínimo ao Mestre da Cultura;
- III. implementação da Lei Nº 8.313/1991, chamada Lei Rouanet, que estabelece uma política de incentivo à Cultura mediante incentivos fiscais a empresas e pessoas físicas;
- IV. publicação da Lei Nº 13.427/2003, que instituiu as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem o patrimônio Cultural do Ceará.

Considera-se como marca da Política Cultural do Estado do Ceará o que consta em

- A) I, II e III apenas.
- B) II, III e IV apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) I, II, III e IV.

53. Em um domingo, dia 2 de setembro de 2018, primeiro dia da semana da pátria, e no ano em que se comemora 200 anos de criação do Museu Real, instalado inicialmente no Campo de Santana e somente em 1892 transferido para o palacete de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, um incêndio de grandes proporções arrasou o prédio tombado pelo IPHAN em 1938 e destruiu a maior parte do acervo do museu. O documento da Política Nacional de Museus, publicado pelo MinC em 2007, trata, em sua introdução, de explanar uma série de medidas tomadas pelo ministério para a área museológica, como o aumento do aporte de investimentos, entre 2003 e 2006, de 21,5 para 82 milhões de reais. Esse aporte tinha "como alvos principais a preservação de acervos e prédios tombados; a modernização tecnológica e gerencial dos museus; o estímulo ao uso, pela população, dos acervos e espaços; e a criação de novas instituições. Com este impulso, podemos dizer que os museus brasileiros estão vivos novamente, e abertos à vida que há fora deles".

BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus. Brasília: MinC, 2007.

Por meio dessa que foi a maior tragédia museológica do Brasil, pode-se concluir acertadamente que

- A) implementar e consolidar uma política pública que garanta, efetivamente, a manutenção e conservação de edifícios e acervos do patrimônio cultural brasileiro apresenta o maior desafio para os museus no Brasil.
- B) não existe no Brasil uma política voltada para a questão museológica, uma vez que os museus se encontram sob a gerência de órgãos e instituições públicas e privadas que são responsáveis por seus acervos.
- C) o descuido com a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico nacional se origina no total desinteresse da população em relação ao tema que, assim, não aparece sequer no ensino formal brasileiro.
- D) o aporte de verbas destinado à gestão dos museus do Brasil tem sido suficiente para a sua manutenção, mesmo com o advento da PEC 95/2016, o problema está apenas na administração desses recursos.

54. Na obra, *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall, percebe-se que o autor aponta como impactos da “Globalização” nas identidades culturais nacionais: a desintegração; o reforço pela resistência; a mutação, representada pela hibridização das identidades nacionais com outras. Em certa passagem, ele afirma: “Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

A partir do enunciado acima, é correto concluir-se que

- A) o afrouxamento das identidades culturais nacionais se dá em função da ausência de incentivos dos estados nacionais em perpetuar sua cultura e sua identidade própria.
- B) as identidades nacionais se fragilizam com a globalização, mas há resistências que as mantêm, apesar das transformações próprias do processo.
- C) no processo de globalização é inevitável uma certa homogeneização da identidade cultural daqueles globalizados o que levará à extinção das culturas locais.
- D) enquanto existir movimentos de estímulo às práticas culturais locais a identidade nacional, ou local, estará totalmente protegida de mutações.

55. O conceito de Memória Social ou Memória Coletiva teve origem com o sociólogo Maurice Halbwachs, que afirmava ser ela a essência do conhecimento coletivo e culturalmente conhecido por determinado grupo delimitado por um determinado contexto. A proximidade entre memória e identidade é evidenciada por Le Goff (2013, p.435), quando diz que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...) Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder”.

Sobre esses conceitos, é correto dizer que

- A) tratam a produção dos saberes e costumes de cada grupo social como relevante apenas para os demais grupos, que, ao reconhecê-los, podem identificar o nível evolutivo daquele.
- B) a produção dos saberes de uma comunidade, sua interação com a natureza e com os demais grupos humanos não se constitui uma memória social, pois é mediada por processos formais de educação.
- C) pode a memória social se restringir a um grupo específico, mas ela deve extrapolar aos outros grupos para que tenha o reconhecimento externo como memória.
- D) há uma proximidade importante entre memória social ou coletiva e identidade, uma vez que esta última se estabelece a partir das peculiaridades próprias que definem cada agrupamento humano.

56. Padre Ibiapina, as casas de caridade e sua ação missionária pragmática; Padre Cícero Romão Batista, os limites entre fé e política e, por fim, José Lourenço e o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto são personagens e fenômenos sociais que marcam a História do Ceará, devido

- A) à representação cultural que deles se faz como líderes populares que conduziram os mais humildes a posições de oposição e enfrentamento contra o modelo de sociedade estabelecido e seus valores.
- B) à atuação marcada por uma religiosidade popular que muitas vezes se dispôs com a ortodoxia católica e que produziu significados profundos na cultura popular cearense.
- C) ao estrito caráter revolucionário das atividades por eles desenvolvidas a partir da religiosidade popular, o que torna suas obras verdadeiros exemplos da ruptura com os valores culturais das épocas em que atuaram.
- D) ao profundo sentido político que deu a suas ações um caráter extremamente pragmático e mundano.

57. Para Sérgio Azevedo, partindo das ideias de Alfons Martinell, a Gestão Cultural implica quatro formas de atuação: 1. respeitar os processos sociais; 2. compreender as demandas e valorizar a criação artística; 3. mediar públicos e 4. elaborar um discurso propositivo e construtor de novos espaços de aproximação e desenvolvimento.

AZEVEDO, Sérgio de. *Por uma gestão (do) cultural. Observatório da diversidade cultural.* on-line, 25/11/2015.

Com base no exposto, pode-se afirmar corretamente que

- A) a construção de novos espaços de aproximação e desenvolvimento deve se dar através da imposição da perspectiva do gestor cultural, que é quem sabe o que o cidadão deve ter como opção cultural.
- B) para compreender demandas e valorizar a criação artística, o gestor cultural não precisa ter uma postura de sensibilidade diante dos fenômenos artístico-culturais, basta saber gerenciar as atividades.
- C) para respeitar os processos sociais, o gestor cultural criará vínculos do fato cultural com os processos do entorno e com a história, contextualizará a arte e a cultura e o papel para o desenvolvimento que podem ter.
- D) o processo de mediação de público deve ser realizado uniformemente, uma vez que tanto para usuários contumazes da cultura, artistas, quanto para quem não tem ainda acesso a ela, as demandas são as mesmas.

58. As Representações Coletivas ou Culturais, descritas por Roger Chartier em seus escritos, dizem respeito

- A) ao modo como, em diferentes lugares e tempos, a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações.
- B) à forma como as diversas áreas da cultura são representadas em cada povo através das manifestações e dos artistas.
- C) às representações políticas e classistas que defendem a área da cultura em seus variados campos junto aos órgãos do Estado.
- D) à forma como o indivíduo, particularmente, interage com os elementos da cultura, erudita ou popular, através da produção artística.

59. Segundo Giovanni Levi, “podemos perguntar o que é o fascismo, mas há fascismos diferentes na Itália, na Espanha ou em Portugal. Por isso, devemos preservar, nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, preservar o local — aqui entendido como uma situação específica. Esse é o grande problema da História. Trabalhar sobre o geral, mas

um geral que sempre se configura como perguntas, não como respostas”.

LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar.* Revista Tempo, vol.20, Niterói, 2014.

Com base no excerto acima, é correto afirmar que

- A) para Levi, o saber histórico deve-se apresentar como respostas gerais às questões específicas de um povo ou de um movimento social, pois só assim se encontram as regras que organizam e explicam a sociedade.
- B) a importância do específico, do particular, deve ser mitigada em relação a uma compreensão geral de mundo, que traga explicações válidas para todas as condições de existência.
- C) o conhecimento da história local, das particularidades de uma situação específica, serve apenas para a formação da identidade, mas não tem valor científico para a história.
- D) é a partir da micro-história que se apreende a resposta específica de cada pessoa, grupo ou movimento social às perguntas gerais que a história apresenta.

60. Michel de Certeau (1982, p.81), em seu livro *A escrita da história*, defende que “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto”.

Considerando a ideia de Certeau, pode-se afirmar corretamente que

- A) como a pesquisa histórica pode-se valer de qualquer objeto como fonte, não cabe ao historiador estabelecer nenhuma metodologia específica, pois tal medida o impediria de observar o todo.
- B) como é o historiador quem confere o valor de documento aos objetos e recolhe deles as respostas aos seus questionamentos, qualquer manifestação cultural pode ser tratada como fonte.
- C) somente aos objetos escritos, oficiais ou não, pode-se dar o estatuto de fonte, pois neles encontram-se as informações dispostas de tal forma que torna crível a verdade contada.
- D) apenas os objetos materiais, representantes da cultura de uma sociedade específica, podem ser tomados como objetos que possam ser transformados em documentos para o historiador usar.